

Filosofia experimental e bioética experimental: uma estimativa

Joaquim Clotet¹

1. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil.

Resumo

Esta pesquisa busca investigar a denominada bioética experimental, examinando e denunciando carências e simplificações, por vezes injustificáveis, no *corpus* da bioética. São discriminados alguns temas: abertura à realidade como exigência filosófica; relevância dos dados e prioridade da concretude; interesse epistemológico marcado; vinculação à psicologia cognitiva, moral e social; proeminência da intuição como conceito e como função; aproximação à linguagem, à cultura e à estatística; compreensão e desenvolvimento de temas científicos pelas classes populares; sensibilidade contextual regional e ambiental; e relevância dos *experimental thoughts* como cenários hipotéticos incentivadores de discussão. Neste estudo, a função principal da razão é considerada sem desacreditar intuições, sentimentos ou emoções, e observa-se que as contradições, exceções e divergências, próprias da filosofia experimental e da bioética experimental, não devem ser interpretadas como falsidades ou incoerências, dado que integram a metodologia e a epistemologia próprias da experimentação.

Palavras-chave: Bioética. Filosofia. Psicologia. Intuição. Emoções. Consciência.

Resumen

Filosofía experimental y bioética experimental: una aproximación

Esta investigación pretende profundar la denominada bioética experimental, que implementa el *corpus* de la bioética inicial, examinando algunas limitaciones y, principalmente, evidenciando sus principales características: abertura a la realidad como exigencia filosófica y científica de datos; objetividad; acentuado interés epistemológico; estrecha vinculación con la psicología cognitiva, moral y social; protagonismo de la intuición como concepto y como función; acercamiento al lenguaje, cultura y comprensión de temas científicos por parte de las clases populares; sensibilidad contextual, regional y ambiental; relevancia del pensamiento experimental y de escenarios hipotéticos, estimuladores de debates. Es valorizada la función principal de la razón sin desacreditar intuiciones, sentimientos y emociones para, finalmente, subrayar que contradicciones, excepciones y divergencias, propias de la filosofía experimental y bioética experimental, no deben interpretarse como falsedades o inconsistencias, pues integran la metodología y epistemología de la experimentación.

Palabras clave: Bioética. Filosofía. Psicología. Intuición. Emociones. Conciencia.

Abstract

Experimental philosophy and experimental bioethics: an approach

This research aims to investigate what is known as experimental bioethics, examining and denouncing the sometimes unjustifiable shortcomings and simplifications in the corpus of the field. Some themes are described: openness to reality as a philosophical requirement; relevance of data and priority of concreteness; marked epistemological interest; link to cognitive, moral and social psychology; prominence of intuition as a concept and as a function; approach to language, culture and statistics; understanding and development of scientific themes by the working classes; regional and environmental contextual sensitivity; and relevance of experimental thoughts as hypothetical scenarios that encourage discussion. In this study, the main function of reason is considered without discrediting intuition, feelings or emotions, and it is observed that the contradictions, exceptions and divergences typical of experimental philosophy and experimental bioethics should not be interpreted as falsehoods or inconsistencies, since they are part of the methodology and epistemology of experimentation.

Keywords: Bioethics. Philosophy. Psychology. Intuition. Emotions. Conscience.

Declara não haver conflito de interesse.

Origens

O termo “experimental” tem extraordinária relevância em sua origem, tanto que seria desnecessário evidenciá-lo devido a sua notoriedade na história da filosofia e da ciência. A denominada bioética experimental constitui exemplo do desenvolvimento e da aceitação da filosofia fundamentada na experiência e na observação.

A natureza e a física como fontes de conhecimento foram o primeiro e grande ímã que atraíram admiração e reflexão do ser humano desde seu amanhecer, e têm sido objeto do saber desde então, inclusive de filósofos especulativos como Descartes e Kant. O cosmos veio se transformar na *editio princeps* da biblioteca universal. Assim pode ser entendida a *physica* aristotélica, focada no objeto não apenas enquanto móvel (física), mas também como ente (ontologia). A observação, a descrição interpretativa, o estudo dos fenômenos naturais e das teorias respectivas são os primórdios da filosofia natural, comentada e aprimorada nas faculdades medievais. Por essa razão, cabe confirmar a magistral qualificação dada por F. Bacon à filosofia natural: a grande mãe das ciências¹. A física, também intitulada filosofia experimental, priorizou, no Renascimento, a observação, a busca de novos métodos de conhecimento e a interpretação de resultados.

A inovação, que deriva do adjetivo “novo” e é sinônimo de mudança e de aperfeiçoamento, foi chancelada por Kepler, Bacon e Galilei, entre outros. Newton, apresentado por Brockliss como o *filósofo experimental de Cambridge*², marcou novos rumos à filosofia natural com sua *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*. Uma expressão desse fervilhar de ideias nas Ilhas Britânicas foi a fundação da Philosophical Society e da Royal Society, em 1660, para discutir e aprofundar a nova, revolucionária e promissora área do conhecimento denominada filosofia experimental. Com o mesmo élan, foi inaugurado em Oxford, em 1683, o Ashmolean Museum, dedicado à pesquisa em física e química, hoje Museum of the History of Science. John Banks, professor independente e itinerante de filosofia natural e experimental newtoniana, publicou *An Epitome of a Course of Lectures on Natural and Experimental Philosophy*³. Essa denominação continuou a ser

usada nas faculdades de ciências no século XIX e ainda é empregada no século XX, como é o caso de Oxford. Assim, a experiência e a natureza humana são apresentadas como o fundamento ou a condição *sine qua non* do verdadeiro conhecimento, princípio relevante, porém controverso.

Hooke, êmulo de Newton, apresenta sua obra *Micrographia* como contribuição à *reforma em filosofia*⁴, sendo ambos os autores exemplos desse processo de transformação. Por outro lado, Hume, referindo-se a Hooke e Sydenham, escreve em *The History of England: homens que caminham com cuidado e firmeza, o único roteiro que conduz à verdadeira filosofia*⁵. A partir desse posicionamento, D. Hume opõe-se à filosofia moral transmitida desde a antiguidade e professada nas cátedras do medievo; filosofia *totalmente hipotética, mais dependente da invenção que da experiência (...)* sem considerar a natureza humana da qual toda conclusão deve pender⁶. Confirma esse princípio o título do seu *treatise of human nature being an attempt to introduce the experimental method of reasoning into moral subjects*. Trata-se de uma acentuada divergência com as éticas fundamentadas em princípios metafísicos, hipotéticos e imaginários. Hume aproxima-se sem rodeios da manifestação de seu predecessor, Newton, que afirma categoricamente:

*Não tem sido possível por enquanto deduzir de fenômenos a razão dessas propriedades da gravidade, e não finjo hipóteses. Pois aquilo que não é deduzido a partir de fenômenos deve ser chamado de hipótese; e as hipóteses, sejam metafísicas ou físicas, ou baseadas em qualidades ocultas ou mecânicas, não têm lugar na filosofia experimental. As proposições na filosofia experimental são deduzidas dos fenômenos e generalizadas pela indução*⁷.

A declaração é explícita e conclusiva, caracterizando a filosofia experimental da época, bem como o modo de ser de seu autor. Cabe reconhecer que, no transcurso da história, a filosofia e a ciência polemizam, dialogam, crescem, se aperfeiçoam e até somem.

Contemporaneidade

A filosofia experimental contemporânea constitui uma nova aproximação, uma “disciplina

emergente” e um “relativo novo movimento”⁸. Essas denominações visam distingui-la como corrente diferenciada de pensamento e de pesquisa, díspar da rígida dicotomia estabelecida entre o racionalismo e o empirismo iluminista dos séculos XVII e XVIII. É uma filosofia que usa dados e métodos empíricos para iniciar e aprofundar o debate filosófico. É uma filosofia plural, abrangente, resultado de evidências e de estudos quantitativos, que não procura uma verdade universal sobre os fenômenos e princípios. Não se trata de uma filosofia formulada desde uma poltrona⁹, mas a partir da vida real, do dia a dia¹⁰.

Esse interesse pela objetividade manifesta-se inclusive no esforço para a compreensão de questões dirigidas a pessoas de diferentes classes sociais, ampliando desse modo o horizonte filosófico e a responsabilidade individual. Das afirmações precedentes, segue-se o reconhecimento do caráter interdisciplinar da filosofia experimental gestada e gerida nas últimas décadas, bem como de alguns de seus diferenciais: abertura à realidade como exigência filosófica; relevância dos dados e prioridade da concretude; marcado interesse epistemológico; vinculação à psicologia cognitiva, moral e social, proeminência da intuição como conceito e como função, aproximação à linguagem, à cultura e à compreensão de temas científicos pelas classes populares. Trata-se de um aporte significativo à pesquisa filosófica, auxiliada por novas disciplinas e métodos, que, por sua vez, influenciam e ampliam os horizontes da ética e da bioética.

Bioética experimental

Conforme a exposição anterior, há de se reconhecer que a filosofia experimental contemporânea contribui ao desenvolvimento da filosofia moral bem como ao da bioética. A bioética nunca foi considerada de significado e conteúdo único, entretanto é unificada por uma série de desafios que a transformam progressivamente em plural, dinâmica ou *ethics in action*¹¹. Convém observar, contudo, a concentração por longo período na ética relacionada com a vida e com a saúde. Não é novidade que *algo está faltando*¹² à filosofia moral e à bioética quando circunscritas a seu caráter teórico e normativo. Percebe-se a necessidade de

interagir com outras disciplinas e de reconhecer que a carência de dados pode dificultar e impedir a formulação de um adequado juízo ou decisão. É fácil constatar as limitações de um estudo que prescinde de experiências cognitivas sensíveis, de particularismos, da percepção, do exíguo conhecimento de temas relacionados com a saúde e a ética por um setor da sociedade (*folk*)¹³, de exceções a princípios científicos e a normas de conduta, bem como da necessária incorporação e interpretação de dados empíricos e estatísticos para o estudo e a discussão de um caso determinado.

Essas observações permitem afirmar a incompletude de uma análise especulativa e independente da realidade científica, pessoal e social¹² ou das condições materiais da moral. Esses são alguns traços da bioética empírica ocupada principalmente com a relevância da metodologia, da epistemologia e dos dados empíricos, bem como com a integração à bioética normativa e à formulação de conclusões úteis adequadamente justificadas ou, como afirmado recentemente, para pôr a ética no centro das decisões¹⁴. É possível, contudo, dar um passo a mais, estudar o processo da tomada de decisões éticas sobre um ato concreto em um contexto determinado, função própria da bioética experimental.

Desse modo, a partir da bioética empírica, inicia-se uma nova fase da bioética, a bioética filosófica experimental ou, simplesmente, bioética experimental, em período de desenvolvimento, uma subdisciplina emergente¹⁵. Cabe observar, porém, sem ânimo de menoscabar o prestígio de Ives, Dunn e Cribb, que a bioética experimental não é mencionada em *Empirical Bioethics*¹⁶.

O caráter incipiente, expresso na reconhecida carência de uma ponderada demarcação de conteúdos, devido à novidade, à variedade e, ao mesmo tempo, à confluência de temas, dificulta uma definição consensuada. A bioética filosófica experimental ou bioética experimental diferencia-se pelo empenho em identificar e conhecer os processos neurológicos, psicológicos e cognitivos que contribuem ao enunciado de juízos morais relacionados nesse contexto com a vida e com a saúde. Alguns conceitos como metaética experimental e intuições metaéticas¹⁷ foram preditivos.

Considerando parte dos estudos realizados¹⁸, é notória a influência da neurociência, da psicologia moral, cognitiva e experimental, particularmente

do protagonismo outorgado às intuições, às emoções¹⁹, aos sentimentos e às crenças²⁰, como objeto de exame e de questionamento nas decisões e na formulação de juízos morais, que têm sua origem no próprio eu, sujeito da moralidade, verdadeiro eu ou personalidade moral, também caracterizada como consciência moral, *conscience*. O conceito, *consciousness*, consciência, com significado não relacionado à ética, é amplamente tratado no âmbito da neurociência por autores contemporâneos como Velmans²¹, Seth²² e Dennett²³, o que gera concepções de acentuado caráter científico e diferentes interpretações a partir de questões antropológicas, psicológicas, psiquiátricas, epistemológicas e metafísicas. Isso tudo confirma o posicionamento de Anscombe sobre a necessidade da psicologia para com a filosofia moral²⁴. Essa afirmação é ratificada e expressa na relevante obra coordenada por Vargas e Doris²⁵.

A seguir, serão tratadas as intuições, dado seu protagonismo na filosofia e na bioética experimental, bem como os experimentos de pensamento, *thought experiments*, por sua potencialidade cognitiva e experimental.

Intuições

Autores contemporâneos representantes da filosofia experimental, como Knobe, Machery, Nagel, Nichols e Weinberg, dão destaque às intuições como fontes de conhecimento e de evidência para teses filosóficas, à ampla gama de questões relacionadas com a ética e a bioética, bem como ao início da análise conceitual. Há uma diversidade de respostas sobre o que são e o que significam as intuições, de tal modo que não é exagero afirmar que se trata de um problema complexo, vinculado principalmente à psicologia cognitiva experimental e à ética.

A filosofia experimental contemporânea as classifica como pré-teoréticas, teoréticas, superficiais e robustas⁹, às quais é possível acrescentar seu caráter criativo, empático, profissional e espiritual, conforme sua capacidade em produzir, sustentar ou justificar um conhecimento ou uma verdade. Merecem especial atenção as denominadas intuições epistêmicas. São comumente conhecidas como *seemings*, *doxastic evidences*, *impulsional evidences* e *appearances*²⁶, que podem ser entendidas como

suposições referidas ao conhecimento ou à experimentação da verdade, revelando como as coisas se apresentam ou realmente são, frequentes na vida profissional e, nesse caso, nas áreas da pesquisa e da prática nas ciências da saúde.

Desse modo, cabe afirmar que as intuições são experiências ou impressões subjetivas, imediatas, independentes do raciocínio e da análise, acompanhadas por emoções e por crenças que podem transformar-se em intuições morais. Sob uma perspectiva psicológica experiencial, os juízos morais são intuitivos, não gerados pela aplicação deliberada de regras ou mandatos, mas por juízos afins a outras áreas cognitivas e temáticas, dependentes de atividade mental não definida e por enquanto de difícil introspecção, o que dificulta seu reconhecimento como estritos juízos morais e, em consequência, sua compreensível aproximação ao ceticismo e ao relativismo.

Prescindindo da longa e densa produção sobre o inatismo e o intuicionismo na história da filosofia, que dificulta a possibilidade de fundamentar normas e princípios, uma atenção especial merece ser dada neste âmbito às intuições morais do público não especialista (*folk*) e a saber *como a gente pensa*²⁷, conhece e interpreta conceitos, atitudes e posicionamentos referentes à moralidade, em casos específicos. Esse destaque outorgado ao saber popular revela a importância concedida por essa corrente filosófica à classe social não ilustrada, à moralidade ou à eticidade real ou prática.

Cabe afirmar, portanto, que a bioética é sensível ao contexto, *context sensitive*²⁸. Desse modo, resulta incontestável o princípio que considera o contexto social, cultural ou econômico como fator que permeia e influi no pensar e no agir. É contestável, contudo, o princípio que apresente a transformação ou mudança social como destruidora da previamente citada estabilidade e universalidade dos conceitos morais²⁹. Essa possibilidade de apreciar e julgar um mesmo caso de modo diferente, variante conhecida como *indexical moral relativism*²⁸, ou a possibilidade de mudar e flexibilizar os juízos morais quando referidos a contextos específicos ou situações complexas merecem ser sempre examinadas e ponderadas para um adequado juízo ético.

Vale considerar, portanto, que a bioética filosófica experimental não exclui particularidades, exceções; o *reflective equilibrium*, que inclui o

exercício da razão, não implica a omissão das intuições conforme Rawls³⁰. Uma das características dessa nova versão da filosofia moral consiste na crença ou afirmação da existência de propriedades ou capacidades inatas que alguns autores defendem, postulando uma *universal moral grammar*, derivada da linguística de Chomsky³¹, inata e complementada pela experiência da capacidade moral, o eu moral, condicionada pelo desenvolvimento ontogenético e filogenético³².

Essas assertivas permitem, porém, questionar a exclusividade e a origem desses princípios. Como coadunar as intuições morais de sujeitos diferentes sobre o mesmo tema, devidas à própria e característica individualidade, com as intuições marcadas pelo desenvolvimento cultural através do tempo e da história? Resulta evidente que confirmar apenas uma das afirmações precedentes não anula nem exclui necessariamente a outra, dado que é inegável a contribuição de ambas no desempenho cotidiano. Esses posicionamentos reconhecem, ainda assim, a presença e o influxo das intuições.

Contudo, autores como Pinker e Crisp discordam acerca da primazia das intuições e emoções nas decisões morais. Pinker declara abertamente que *a racionalidade deveria ser o luminar para tudo o que pensamos e fazemos*³³. Sem querer interpretar como afirmação contraditória, dado que não o é, Crisp afirma que *a moralidade funciona pelas emoções e que, embora possam ter conteúdo cognitivo, são paixões, e nas diversas áreas da filosofia é correto que argumentos não devem ser avaliados à luz da emoção, mas da calma reflexão racional*³⁴. Importante observar, conforme o significado dado pelo autor, que a moralidade é considerada aqui em seu significado amplo, comum ou popular, para, neste caso, diferenciá-la da ética, com significado estrito, acadêmico e ponderado.

Sobre o uso e o reconhecimento do valor da racionalidade, é possível conferir pela experiência cotidiana a impossibilidade do diálogo sobre uma questão específica quando as intuições são aceitas como critério de verdade; é possível reconhecer, contudo, a possibilidade de justificativas para dar maior ou menor importância a determinada intuição como facilitadora de um juízo moral, o que não refuta a definição de pessoa como ser de natureza racional, livre e igual. Essas afirmações, porém, não contradizem sua relevância na epistemologia, na pesquisa, na ciência nem nas situações

específicas do exercício profissional de tomada de decisões em casos conflitivos ou contrários ao que se poderia considerar uma norma geral ou uma prática comumente aceita.

As intuições, portanto, podem ser entendidas como experiências psíquicas que incentivam e complementam a ética normativa e, em consequência, o crédito dos sujeitos ou autores implicados, cientistas, profissionais das mais diversas áreas, incluídas as da saúde, bem como o avanço da pesquisa, do estudo de casos, de dilemas e das decisões do dia a dia.

Thought experiments

Devido a seu caráter versátil, as intuições são suscetíveis a experimentos diversos. Um exemplo específico são os *thought experiments*, resultado imaginativo da combinação de intuições e de emoções para determinado fim. Trata-se de cenários hipotéticos incentivadores do diálogo, da discussão e do estudo perante casos ou problemas teóricos ou práticos conflitivos e controversos não limitados a uma análise, descrição ou comentário simplificado, mas sim a uma nem sempre fácil, razoada solução ou desfecho.

Os *thought experiments* estão presentes tanto nas ciências como na filosofia. Popper utiliza *imaginary experiment* como *synonym of thought experiments* em seus estudos sobre *quantum theory*³⁵. Nozick, por sua vez, usa o exemplo da *Experience machine*³⁶ para afirmar seu caráter multidisciplinar, explicar a diferença entre *feeling* e *doing* e examinar os valores humanos além das experiências sensíveis. O denominado microscópio de Heisenberg, *Heisenberg microscope*, pretende esclarecer imprecisões do princípio em *quantum mechanisms*³⁷.

Do mesmo modo, o conceito de *thought experiments* ocupa-se de dilemas éticos relacionados com intuições, crenças e princípios, que podem ser considerados integrantes da filosofia da mente, da psicologia cognitiva, experimental e particularmente da ética, quer dizer, sensíveis ou influentes nas decisões morais e respectiva avaliação. Por sua vez, um de seus objetivos metodológicos é promover e avaliar atitudes e opiniões morais diversas. Devido a seu caráter de filosofia experimental, os casos específicos, de modo particular os dados, são recomendáveis para a formulação de um

juízo moral adequado. Portanto, regras, normas e princípios permitem pautar a conduta; contudo, é necessária a respectiva adequação a um caso ou situação determinada não contemplada na regra ou norma geral que, porém, é considerada aceitável e justa. Convém observar que a discussão sobre casos fictícios e polêmicos pode incentivar o estudo e o questionamento do normativismo.

Entre a variedade de *thought experiments* relacionados com a ética, alguns merecem ser destacados de uma longa lista, como: a tábua de Carnéades³⁸, sobre a identidade pessoal; Fenelon e o palácio em chamas³⁹, sobre deontologismo e utilitarismo; e, de modo especial, os exemplos apresentados por Foot amplamente conhecidos como “*the trolley problem*”, “*the push dilemma*” ou “*the foot dilemma*”. A série, dados seu uso e ampla referência, é também conhecida com o neologismo *trolleylogy*⁴⁰. Vale a pena observar o sutil esclarecimento da autora ao afirmar *não querer ofender ninguém*⁴¹, dada a inerente diversidade de pareceres, devida às diferenças entre os princípios éticos arguidos. Reflexões sobre prós e contras do utilitarismo são apresentadas por Williams no caso também fictício “George e Jim”⁴². Simples, compreensível e didático é o caso apresentado por Singer, “*the pond*”⁴³, que promove uma reflexão e discussão sobre filantropia e solidariedade. Merece ser citada pela relação com a inteligência artificial, de indiscutível atualidade, “*Chinese room*”. Essa narrativa denuncia a manipulação sintática de dados, nesse caso caracteres chineses, carentes de considerações semânticas, o que implica, conforme a argumentação de Searle⁴⁴, a falta de verdadeiro conhecimento e de consciência, supostamente concedida a uma pretendida máquina processadora (inteligente).

Considerações finais

Resulta inquestionável a contribuição da filosofia experimental nos âmbitos do pensar, do conhecer e do agir das ciências especulativas e práticas, neste caso das ciências da vida. Trata-se de um novo ciclo que confirma a relevância dos métodos de “observação” e de “experimentação”, às vezes questionados, possivelmente incômodos, para as ciências exclusivamente especulativas, um tanto alheias às mudanças e aos avanços da

ciência. Intuições, dados e experimentos integram sua metodologia e são indiscutíveis no desenvolvimento e no progresso do saber, com forte impacto na sociedade.

Os temas relevantes da bioética podem parecer excluídos ou ignorados, porém os acréscimos da bioética experimental são imprescindíveis para sua correta e necessária compreensão, dado seu caráter epistêmico e metodológico. Por esse motivo, é possível afirmar que nem a filosofia experimental nem a bioética experimental são disruptivas, pois apresentam aspectos epistêmicos esquecidos ou aparentemente irrelevantes, contudo complementares. Não é uma nova epistemologia à margem do dualismo cartesiano, mas um empreendimento multidisciplinar que diferencia dados, individualidade e experimentação para uma teoria e prática aplicadas à saúde ou a uma bioética mais acurada.

A título de esclarecimento, cabem as observações sobre intuição, razão e consciência. O conceito de intuição utilizado tem significado epistêmico diverso, diferente do significado usado por autores eminentes no decurso da história. Cabe, entretanto, a análise atenta, pois o termo às vezes também é empregado para disfarçar a ignorância. Do mesmo modo, é possível afirmar que o intuícionismo ético e epistemológico carece geralmente de fundamento para asseverar um conceito, juízo ou ação, próprio das éticas não cognitivistas.

Defende-se, porém, a intuição como fonte de conhecimento. Trata-se, nesse caso, de intuições epistêmicas que facilitam as crenças racionais. Desse modo, surgem conseqüentemente réplicas e questões. As intuições como indicadoras de verdade ou as intuições como *seeming* estão ligadas à razão? A crença, identificada a uma intuição, constitui uma crença verdadeira? As respostas são inevitavelmente diferentes. Não obstante esses questionamentos, as intuições são objeto de estudo e de discussão na epistemologia e na ética contemporâneas e são polêmica e parcialmente aceitas. É reconhecida e mantida sua influência pela bioética experimental no dia a dia como atividade mental e até como faculdade, bem como origem de decisões.

Perante a diversidade já relatada, convém reconhecer a sólida e a inegável função exercitada pela razão. Os juízos morais, quando sólidos ou robustos, em uma palavra, verdadeiros, procedem da razão, não obstante podem ser incentivados e

acompanhados por intuições, crenças, sentimentos e emoções. É um risco, contudo, postergar o conceito e o exercício da razão tanto na bioética teórica como na prática, caso contrário é aproximar-se da confusão e do equívoco. Resulta problemático pensar em uma racionalidade pura, geradora de juízos de caráter universal, próprios de uma metaética cognitiva, que difere das de caráter não cognitivista, emotivista, prescricionista e subjetivista, proclives ao ceticismo e ao relativismo pela relevância outorgada às intuições, às emoções, aos sentimentos e até à *moral luck*. A reconhecida primazia da razão na moralidade não implica, porém, o desabono de sentimentos, de emoções e da sorte ou azar.

É preciso também se aperceber de que, sem sentimento moral como condição subjetiva da moralidade, não haveria moralidade. Desse modo, a razão moral e o sentimento moral, reconhecidos como consciência, orientam e tendem prioritariamente para o bem pessoal (realização, bem-estar) e para o bem comum (justiça e solidariedade) como algoritmo insubstituível e que leva à realização pessoal, que prioriza o próprio melhoramento moral como compromisso ineludível, também reconhecido na contemporaneidade como ética integral ou da integralidade.

A especificidade e a singularidade de casos facilitam o surgimento de exceções de normas e de princípios consensuados como o reconhecido casuísmo, comum no exercício das ciências da saúde e do direito, propiciando sem artifícios a prática correta e pontual da equidade, e, por outro lado, de modo diferente, embora não contraditório, essas particularidades podem promover atitudes ou posicionamentos relativistas e céticos, proclives à indiferença, à dúvida e à inibição da responsabilidade, bem como passíveis de atonia axiológica.

Algumas das contradições, exceções, princípios opostos e divergências aparentes ou manifestas caracterizam a filosofia experimental e a bioética experimental e não devem ser interpretadas como erros, falsidades ou incoerências, pois integram a metodologia e a epistemologia próprias da experimentação.

Finalmente, é preciso salientar e reconhecer a validade da integração dos métodos empíricos e experimentais, das intuições, dos sentimentos, das emoções, dos dados estatísticos sociais e culturais, das aportações da psicologia cognitiva, moral e experimental à bioética em seu significado mais abrangente, confirmando desse modo seu caráter interdisciplinar que visa a qualidade da pesquisa, a eficiência e a responsabilidade no exercício das ciências da vida, em especial, da saúde.


Referências

1. Bacon F. *Novum Organum* [Internet]. New York: Collier PF & Son; 1902 [acesso 3 mar 2022] p. 56. Disponível: <https://tinyurl.com/4ezbz8hp>
2. Brockliss LWB. *The University of Oxford: a History*. Oxford: Oxford University Press; 2016. p. 246. Tradução livre.
3. Banks J. *An epitome of a course of lectures on natural and experimental philosophy*. Farmington Hills: Gale ECCO; 2010.
4. Hooke R. *Micrographia or some physiological descriptions of minute bodies made by magnifying glasses, with observations and inquiries thereupon* [Internet]. London: Royal Society; 1665 [acesso 26 mai 2021]. p. xxi (preface). Tradução livre. Disponível: <https://tinyurl.com/32uteyev>
5. Hume D. *The history of England from the invasion of Julius Caesar to the revolution in 1688* [Internet]. Indianapolis: Liberty Fund; 1778 [acesso 14 fev 2023]. p. 541. Tradução livre. Disponível: <https://tinyurl.com/2hvb9nh>
6. Stewart JB. *The moral and political philosophy of David Hume*. New York: Columbia University Press; 1963. p. 343. Tradução livre.
7. Newton I. *The principia: mathematical principles of natural philosophy*. Berkeley: University of California Press; 1999. p. 943. Tradução livre.
8. Knobe J, Nichols S. *Experimental philosophy*. London: Oxford University Press; 2008.
9. Kauppinen A. *The rise and fall of experimental philosophy. Philosophical explorations* [Internet]. 2007 [acesso 13 jan 2024];10(2):95-118. DOI: 10.1080/13869790701305871

10. Anstey P, Kerr D. Experimental philosophy: old and new [Internet]. New Zealand: University of Otago Library; 2011 [acesso 23 fev 2022]. Disponível: <https://tinyurl.com/3vw4a8w4>
11. Borry P, Schotsmans P, Dierickx K. The birth of empirical turn in bioethics. *Bioethics* [Internet]. 2005 [acesso 28 ago 2021];19(1):51. DOI: 10.1111/j.1467-8519.2005.00424.x
12. Ives J, Draper H. Appropriate methodologies for empirical bioethics: it's all relative. *Bioethics* [Internet]. 2009 [acesso 21 nov 2021];23(4):250. Tradução livre. DOI: 10.1111/j.1467-8519.2009.01715.x
13. O'Neill E, Machery E. Experimental philosophy – what is good for? In: Machery Ed, O'Neill E, editores. *Current controversies in experimental philosophy*. New York: Routledge; 2014. p. 7.
14. Nuffield Council on Bioethics. Making ethics matter. Strategic direction 2024-2028 [Internet]. London: Nuffield Council on Bioethics; 2024 [acesso 5 fev 2024]. p. 5. Disponível: <https://tinyurl.com/4rmrdrsk>
15. Lewis J, Demaree-Cotton J, Earp BD. Bioethics, experimental approaches. In: Sellers M, Kirste S, editores. *Encyclopedia of the philosophy of law and social philosophy*. Dordrecht: Springer; 2023. p. 279.
16. Ives J, Dunn M, Cribb A. *Empirical bioethics: theoretical and practical perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press; 2017.
17. Aguiar J, Gaitán A, Vicianá H. *Una introducción a la ética experimental*. Madrid: Cátedra; 2020.
18. Earp BD, Demaree-Cotton J, Dunn M, Dranseika V, Everett JAC, Feltz A *et al.* Experimental philosophical bioethics. *AJOB Empirical Bioethics* [Internet]. 2020 [acesso 13 jan 2021];11(1):30-3. DOI: 10.1080/23294515.2020.1714792
19. Plakias A. Experimental philosophy. In: Oxford Handbooks Editorial Board, editor. *The Oxford handbook of topics in philosophy* [Internet]. London: Oxford Academic; 2015 [acesso 20 dez 2020]. p. 3. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199935314.013.17
20. Chehaibar GZ. Bioética e crença religiosa: estudo da relação médico-paciente Testemunha de Jeová com potencial risco de transfusão de sangue [tese] [Internet]. São Paulo: Faculdade de Medicina; 2010 [acesso 26 jan 2024]. DOI: 10.11606/T.5.2010.tde-27082010-142544
21. Velmans M. *Towards a deeper understanding of consciousness*. New York: Routledge; 2017.
22. Seth A. *Being you. A new science of consciousness*. London: Faber & Faber; 2022.
23. Dennett D. *Consciousness explained*. New York: Penguin Books; 1993.
24. Anscombe GEM. Modern moral philosophy. *Philosophy* [Internet]. 1958 [acesso 28 ago 2022];33(124):1. DOI: 10.1017/S0031819100037943
25. Vargas M, Doris JM. *The Oxford handbook of moral psychology*. Oxford: Oxford University Press; 2022.
26. Bergmann M. Radical skepticism & epistemic intuition. Oxford: Oxford University Press; 2021. Capítulo, Epistemic intuition and experimental philosophy; p. 132.
27. Willians-Jones B, Abtroun SN. Let's test crazy ideas! A laboratory for experimental bioethics. *The American Journal of Bioethics* [Internet]. 2021 [acesso 29 jan 2022];21(6):57-8. p. 57. Tradução livre. DOI: 10.1080/15265161.2021.1915418
28. Beebe JR. The empirical case for folk indexical moral relativism. In: Lombrozo T, Knobe J, Nichols S, editores. *Oxford studies in experimental philosophy*. Oxford: Oxford University Press; 2021. p. 81.
29. Ashcroft RE. Constructing empirical bioethics: foucauldian reflections on the empirical turn in bioethics research. *Health Care Analysis* [Internet]. 2003 [acesso 24 fev 2021];11(1):3-13. p. 5. DOI: 10.1023/A:1025329811812
30. Rawls J. *A theory of justice*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press; 1971. p. 41.
31. Chomsky N. *Lectures on government and binding: the Pisa lectures*. 7ª ed. New York: Mouton de Gruyter; 1993.
32. Mikhail J. Moral intuitions and moral nativism. In: Vargas M, Doris J, editores. *The Oxford handbook of moral psychology*. Oxford: Oxford University Press; 2022. p. 367.
33. Pinker S. *Rationality what is, why it seems scarce, why it matters*. New York: Viking; 2021. p. 13. Tradução livre.
34. Crisp R. Religious preferences in healthcare: a welfarist approach. *Bioethics* [Internet]. 2023 [acesso 24 jan 2024];37:5-11. p. 5. Tradução livre. DOI: 10.1111/boie.13114

35. Pooper K. The logic of scientific discovery. New York: Routledge; 2002.
36. Nozick R. Anarchy, state and utopia. New York: Basic Books; 1974. p. 42-5.
37. Heisenberg W. Ueber den anschaulichen Inhalt der quantentheoretischen Kinematik and Mechanik. Zeitschrift für Physik [Internet]. 1927 [acesso 27 dez 2023];43:172-98. DOI: 10.1007/BF01397280
38. Cícero. Cicero on duties. Cambridge: Harvard University Press; 1997. p. 363.
39. Godwin W. An enquiry concerning political justice. Oxford: Oxford University Press; 2013. p. 52-8.
40. Appiah KA. Experiments in ethics. Cambridge: Harvard University Press; 2008. p. 89.
41. Foot P. Virtues and vices. Oxford: Blackwell; 1978. p. 19-31.
42. Smart JJC, Williams B. Utilitarianism for and against. Cambridge: Cambridge University Press; 1991.
43. Singer P. The life you can save: how to do your part to end world poverty. New York: Random House; 2009. p. 3.
44. Searle J. Minds, brains, and programs. The Behavioral and Brain Sciences [Internet]. 1980 [acesso 2 abr 2024];3(3):417-57. Disponível: <https://web-archive.southampton.ac.uk/cogprints.org/7150/1/10.1.1.83.5248.pdf>

Joaquim Clotet – Doutor – clotet@pucrs.br

 0000-0003-1022-9960

Correspondência

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Av. Ipiranga, 6.681, prédio 16, 5º andar, CEP 90619-900. Porto Alegre/RS, Brasil.

Editora responsável – Dilza Teresinha Ambrós Ribeiro

Recebido: 1.7.2024

Revisado: 13.1.2025

Aprovado: 4.2.2025